

### III REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

**DATA: 07 setembro 2018**

**HORA: 09h30**

**LOCAL: Agência para a Modernização Administrativa (Lisboa, Laranjeiras)**

**PARTICIPANTES:**

**Agência para a Modernização Administrativa (AMA)**

- Sara Carrasqueiro (Vogal do Conselho Diretivo)
- Tiago Mendonça (Equipa Relações Internacionais)
- Rita Laranjeira (Equipa de Relações Internacionais)

**Área de Governo da Presidência e da Modernização Administrativa (MPMA)**

- Rui Lourenço (Técnico Especialista, GMPMA)

**Autoridade Tributária (AT)**

- Miguel Baldaia (Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão)

**Provedor de Justiça (PJ)**

- Ricardo Carvalho (adjunto do Gabinete do Provedor de Justiça)

**Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)**

- Sem representação (ausência justificada)

**Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)**

- Jorge Costa (Vice-reitor do ISCTE)

**Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)**

- Hugo Vieira

**Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**

- Sem representação (ausência justificada)

**Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)**

- Luís Vidigal (Presidente da Direção)

**Transparência e Integridade (TI)**

- Karina Carvalho (Diretora Executiva)
- Luís Bernardo (Vice-Presidente)

## TÓPICOS DA AGENDA

### 1. Debate e definição de medidas a incluir no Plano Nacional de Administração Aberta 2019/20

- Sara Carrasqueiro (AMA) deu as boas-vindas aos participantes e lançou o debate sobre a apresentação de potenciais medidas a incluir no I Plano de Ação Nacional de Administração Aberta.
- Luis Vidigal (PASC) foi o primeiro a intervir, referindo que a PASC realizou uma *call* para propostas mas que a mesma registou pouca participação até ao momento. Neste contexto, sugeriu a possibilidade de a AMA promover sessões de *brainstorming* com entidades externas à rede e outros *stakeholders*.

Adicionalmente, Vidigal avançou com três propostas:

- Desenvolver e implementar o Sistema de Informação para a Transparência da Administração Pública (SITAAP), de forma a complementar as funcionalidades/informação já disponibilizada publicamente através do Portal Base. Este processo deverá envolver a sociedade civil na definição da informação que interessa integrar e disponibilizar aos cidadãos, de forma automática;
- Promover a transparência na Segurança Social, sobretudo no domínio dos descontos aplicados aos pensionistas e reformados;
- Desenvolver um “jogo do orçamento” para aumentar o conhecimento da população em geral, e dos jovens em particular, sobre o processo de elaboração do orçamento (França foi referido com um exemplo nesta área).
- Rui Lourenço (MPMA) notou a importância de estruturar e sistematizar as propostas de compromissos, de modo a facilitar a posterior análise e seleção das medidas a inscrever no Plano;
- Karina Carvalho (TI) referiu que a TI está a estruturar as suas propostas tendo em atenção: o alinhamento com boas práticas internacionais, a exequibilidade no contexto Português, a operacionalização das diferentes tarefas (para facilitar a posterior monitorização) e o envolvimento do público (na fase de monitorização/avaliação). O leque de medidas não está fechado, mas poderá incluir os seguintes temas:
  - Contratação pública – reforço do Portal Base e/ou mecanismos de monitorização cívica (e.g., Pactos de integridade);
  - Transparência do Orçamento Geral do Estado, aplicando os princípios de *Open Budget*;
  - *Beneficial Ownership* – registo central de beneficiários;
  - Acesso à informação administrativa;
  - Reforço do sistema de informação estatística pública; promoção da utilização do portal de dados abertos Dados.gov.pt;

A representante da TI indicou que enviará as suas propostas por “lotes”, com a possibilidade de disponibilizar algumas já durante a fase de consulta pública.

Adicionalmente, frisou a satisfação da TI com a possibilidade de participar na Rede e de apresentar as suas propostas.

- Miguel Baldaia (AT) indicou que a medida da AT visa disseminar a divulgação de informação fiscal e aduaneira (e.g., instruções administrativas e informações vinculativas), forma mais transparente e acessível e tendo em conta as necessidades dos diferentes clientes da AT;
- Luis Vidigal (PASC) reconheceu a necessidade de simplificar os conteúdos disponibilizados no portal da AT e fomentar a transparência da relação Estado-Cidadão, concretizando alguns exemplos: o cidadão deve ter acesso a todos os seus dados, e não apenas ao seu cadastro; a área dos benefícios fiscais é muito “opaca”, e estes poderiam ser divulgados nominativamente; a plataforma poderia divulgar publicamente o grau de eficácia das execuções fiscais, por setores.
- Karina Carvalho (TI), acrescentou, ainda a propósito da proposta da AT, que é importante ter em conta a clareza da linguagem e da informação disponibilizada, quer no portal, quer nas comunicações da AT via postal ou email. Neste contexto, referiu como prioritária a introdução de uma seção de conteúdos em português claro no site da AT, focando os direitos e deveres dos cidadãos e empresas.
- Jorge Costa (CRUP) referiu que a CRUP não identificou, até ao momento, nenhuma informação específica a partilhar com a Rede, no entanto estão disponíveis para apoiar outras entidades a implementar as suas medidas.

Por exemplo, na área de dados abertos, poderão criar módulos de formação *online* sobre manipulação de dados, capacitando a população a utilizar esses métodos/processos e a reutilizarem *datasets*. Estes módulos poderiam ser segmentados para a população mais jovem (ensino secundário, universidade, etc.).

- Hugo Vieira (ANJE) indica que a ANJE está a trabalhar em duas propostas, que serão ainda votadas em reunião de Direção e apresentadas à Rede no dia 10 de setembro de 2018. O eixo considerado é “Utilização das TIC e Inclusão Digital”, e as propostas deverão focar duas áreas:
  - Educação/Competências Digitais: a ANJE realizou um inquérito interno e verificou que há falta de competência digital entre as *startups* e dificuldade em utilizar as ferramentas que hoje estão disponíveis;
  - Utilização das TIC para melhorar a relação entre o tecido empresarial e as diferentes entidades públicas que fazem licenciamento económico – é necessário saber “o que fazer” e “como fazer”, e essa informação deverá ser disponibilizada de forma acessível e clara.
- Luís Vidigal (PASC) considera que o princípio “*only-once/uma só vez*” deverá ser implementado na área das empresas, e que o Estado deverá garantir a interoperabilidade da informação dispersa entre diferentes entidades (e.g., Segurança Social, Autoridade Tributária, etc.);

Hugo Vieira (ANJE) ilustrou a relevância do *once-only* referindo que “atualmente, para assinar um contrato público, tenho de submeter *online* três documentos que o Estado já tem, porque os obtive por via eletrónica” – a desmaterialização de procedimentos facilitou alguns procedimentos, mas não eliminou a burocracia;

- Karina Carvalho (TI) realçou o valor económico dos dados abertos, que considera uma área passível de conferir lastro social e económico ao trabalho da Rede Nacional de Administração Aberta. A este propósito, referiu como prioritário o acesso à informação pública e indicou que o *website* do Ministério da Justiça bloqueia o acesso a publicações, bem como o facto de o Sistema de Informação da Organização do Estado ([SIOE](#)) estar desatualizado desde 2013 e ser muito pouco conhecido/divulgado.  
Luís Vidigal (PASC) concorda com a relevância dos dados abertos e diz que o Estado deve disponibilizar dados dinâmicos;
- Tiago Mendonça (AMA) apresentou três propostas, incluindo 2 medidas inseridas no Programa SIMPLEX+ 2018:
  - Gestor de acessos públicos (medida #22), consiste numa *app* móvel que permite ao cidadão gerir pedidos de autorização por parte de organismos públicos ou privados para acesso a dados pessoais. Contempla a integração com a Chave Móvel Digital, para autenticação na gestão de autorizações, e com a Plataforma de Integração da Administração Pública, para gestão de acesso a serviços;
  - Central de Marcações do Estado (medida #37), que disponibilizará - via portal ePortugal - um serviço centralizado de agendamento *online* de serviços públicos (incluindo Instituto de Registos e Notariado, Autoridade Tributária, Segurança Social e Saúde);
  - A terceira proposta visa a realização de uma “Semana da Administração Aberta”, alinhada com a *OpenGovWeek* promovida anualmente por outros países e pela própria OGP e cujo objetivo será disseminar informação sobre as diferentes vertentes da Administração Aberta, através de eventos públicos a organizar por diferentes stakeholders.
- Luis Vidigal (PASC) concordou com as medidas apresentadas pela AMA, embora questionando se não seria preferível estender o Sistema de Informação para Gestão do Atendimento ([SIGA](#)) a todas as entidades públicas, implementando uma lógica de serviços partilhados, em vez de se criar uma nova Central de Marcações do Estado.  
Relativamente à Semana da Administração Aberta, Vidigal realçou que o programa deve incluir workshops e iniciativas mais concretas/prática, e não resumir-se a Conferências genéricas.
- Karina Carvalho (TI) perguntou se existem atualmente formações pós-graduadas em Governo Aberto, referindo que a formação nesta área poderá ser uma matéria a explorar no âmbito da Rede. Neste contexto, questionou se Portugal poderá candidatar-se a financiamentos do recém-criado OGP Trust Fund, tendo Tiago Mendonça (AMA) confirmado que Portugal não é um país elegível para financiamento, [conforme indicado pela OGP](#).
- Rui Lourenço (MPMA) sintetizou várias propostas, com base nos contributos dados pelos restantes membros da Rede em reuniões anteriores:
  - Aproveitando a reformulação do portal dados.gov.pt, considerou interessante desenvolver uma ação que incentive a disponibilização de dados por entidades privadas e definir um conjunto nuclear de *datasets* que devem ser disponibilizados,

através de um processo aberto à sociedade. Os dados devem ser dinâmicos e disponibilizados de forma automática;

- Reformular o Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE), assegurando que é desenvolvido um interface que permita ao cidadão comum compreender e “navegar “ no universo global de entidades do Estado, nas suas diversas formas institucionais. Da mesma forma, o SIOE deverá configurar um portal “âncora” para acesso a fontes de dados relevantes para processos de *accountability*.

Luis Vidigal (PASC) comentou que o SIOE deveria incluir códigos retrospectivos e harmonizados (passados e atuais) e estar integrado com o Portal BASE, indexando os contratos públicos estabelecidas pelas diferentes entidades públicas;

- Propor o desenvolvimento de portais do tipo “base.gov.pt” dirigidos a outros tipos de informação (atualização e disponibilização automática de dados relevantes a partir de plataformas transacionais em áreas relevantes a identificar);
- Definir um conjunto de indicadores de transparência<sup>1</sup> que é desejável associar a cada serviço público digital, numa perspetiva de *transparency by design*, e promover a sua implementação num conjunto de serviços digitais em processo de desenvolvimento;
- Desenvolver um “kit” (metodologias, ferramentas, ...) a que os organismos do Estado possam recorrer quando pretendem organizar processos de consulta pública (eventualmente adaptados aos diferentes níveis de participação da [International Association for Public Participation/IAP2](#)).

Luis Vidigal (PASC) referiu, a este propósito, que todas as consultas públicas deveriam estar centralizadas numa plataforma única, segmentada por áreas e eventos de vida relevantes para cidadãos e empresas, sendo esta uma matéria que reúne consenso na PASC;

- Ricardo Carvalho (Provedor de Justiça) iniciou a sua intervenção referindo a recente participação numa reunião da Rede Europeia de Provedores de Justiça, onde constatou ser rara a participação da sociedade civil na elaboração de Planos Nacionais de Administração Aberta (é mais frequente a participação na fase de monitorização) - neste contexto, o modelo português foi destacado como um exemplo.

#### **partilhar relatório OCDE/Prov Justiça Europeia (pdf)**

De seguida, Carvalho clarificou que, decorrendo do seu mandato, o Provedor de Justiça não vai apresentar medidas concretas mas está totalmente disponível para participar nas discussões da Rede e apresentar ideias. Neste contexto, destacou como temas de relevo:

- A disponibilização de dados dinâmicos, com mais plataformas alimentadas de forma automática;
- A associação de indicadores de transparência/eficácia aos serviços públicos de áreas estruturantes da vida dos cidadãos (e.g., Finanças, Segurança Social, saúde),

---

<sup>1</sup> Vide, por exemplo, European Commission (2017), “*EGovernment Benchmark 2017: final background report*”, <http://dx.doi.org/10.2759/742892> (p. 44 e Figura 15).

sendo esta uma questão levantada também nas reuniões internacionais em que participa;

- A transparência do processo legislativo, através da implementação de plataformas que permitam fazer *tracking* da legislação e identificar claramente o posicionamento dos partidos políticos para cada ato legislativo, os relatores, votos, etc.;
- A participação cívica, sendo essencial promover a esta cultura a nível da Administração Central, Local e Regional;
- A formação/disponibilização de informação sobre as diferentes vertentes da Administração Aberta: transparência e acesso à informação, participação cívica, inclusão digital. Esta área foi referida como essencial, já que muitas vezes a ausência de progresso não resulta da falta de ideias ou recursos humanos, mas da falta de competências específicas ou do desconhecimento dos temas.
- Luis Vidigal (PASP) salientou que a participação do Provedor de Justiça é muito útil para saber, por exemplo, quais as áreas que registam mais queixas por parte de cidadãos e empresas.

Ricardo Carvalho concordou e acrescentou que o Provedor de Justiça está aberta a disponibilizar os seus dados à academia/investigadores, dado que a própria entidade não tem recursos para analisar sistematicamente a informação que produz.

## 2. Outros assuntos

Os participantes consideraram, por unanimidade, não haver pontos extra-agenda a discutir.

## 3. Encerramento da reunião

A reunião foi encerrada, tendo os presentes concordado em realizar a IV reunião da Rede em dia, hora e local a designar posteriormente por convocatória da AMA.

### Notas adicionais

- Nada a referir.

### PONTOS PARA AÇÃO

| Itens de ação  | Proprietários | Prazo  | Estado    |
|--|---------------|--|-----------|
| Agendar a próxima reunião  | AMA           | Enviar convocatória durante a primeira quinzena de AGO18 | Concluído |
| Circular a versão consolidada dos Estatutos, discutida na presente reunião, por todos os membros, para aprovação | AMA           | Primeira quinzena de AGO18                               | Concluído |

|  |                  |                               |           |
|--|------------------|-------------------------------|-----------|
| Circular Ata da presente reunião entre todos os membros, para aprovação                          | AMA              | Primeira quinzena de AGO18    | Concluído |
| Partilhar documentação [apresentada na Reunião] no Google Drive da Rede                          | AMA              | Primeira quinzena de AGO18    | Concluído |
| Elaborar propostas de medidas de Administração Aberta, para discussão na próxima reunião da Rede | Todos os membros | Até à próxima reunião da Rede | Concluído |

## ANEXO – Apresentação AMA

III REUNIÃO DA REDE  
NACIONAL DE  
ADMINISTRAÇÃO ABERTA  
07 DE SETEMBRO DE 2018

REPÚBLICA PORTUGUESA

Open Government Partnership

ama AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Slide 1

AGENDA

- Debate e definição de medidas a incluir no Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
- Pausa para café
- Outros assuntos
- Encerramento da reunião

Slide 2

1. Debate e definição de medidas a incluir no Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

Proposta de eixos de ação:

1. **Dados Abertos:** disponibilização e reutilização de informação gerada pela AP - destaque para o relançamento do portal dados.gov)
2. **Transparência:** acesso a informação pública e documentos administrativos e mecanismos de *accountability* do sector público
3. **Utilização das TIC e Inclusão Digital:** novos canais de relacionamento entre a AP e os cidadãos/empresas (redes sociais, provedores, etc.) e normas de acessibilidade e acesso assistido a serviços públicos
4. **Participação pública:** processos de consulta pública e *crowdsourcing*, petições públicas, entre outros

Slide 3

2. Outros assuntos

Slide 4

ama AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

TIAGO MENDONÇA  
tiago.mendonca@ama.pt  
Equipa de Relações Institucionais

REPÚBLICA PORTUGUESA

Slide 5